

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 971.804 - PR (2016/0222800-0)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : **MUNICÍPIO DE LONDRINA**
PROCURADORA : **RENATA KAWASSAKI SIQUEIRA E OUTRO(S) - PR019364**
PROCURADORA : **SABRINA FAVERO - PR054229**
AGRAVANTE : **COLINA DE PIZZA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/S LTDA - EPP**
ADVOGADO : **LUIS FERNANDO DE CAMARGO HASEGAWA E OUTRO(S) - PR024189**
AGRAVADO : **MAE - MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO**
ADVOGADOS : **CAMILLO KEMMER VIANNA E OUTRO(S) - PR037988**
CAMILA CRISTINA ALVES LUCCA - PR055545
INTERES. : **INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ**
ADVOGADOS : **LUCIANO TINOCO MARCHESINI - PR016524**
HELIO DUTRA DE SOUZA E OUTRO(S) - PR005730

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado pelo **Município de Londrina** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fl. 1944):

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE RESPONSABILIDADE POR DANOS CAUSADOS AO MEIO AMBIENTE - PROCEDÊNCIA PARCIAL, RECURSO DA AUTORA - ANULAÇÃO DA PERÍCIA - NÃO ACOLHIMENTO - RECUPERAÇÃO AMBIENTAL JÁ DETERMINADA NO JUÍZO A QUO - REMOÇÃO DOS MORADORES E OCUPAÇÕES IRREGULARES E CLANDESTINAS - OBRIGAÇÃO CUMPRIDA PELO MUNICÍPIO - DEMONSTRAÇÃO - MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - REJEIÇÃO - RESPONSABILIZAÇÃO SOLIDÁRIA DOS REQUERIDOS EVIDENCIADA - SENTENÇA MANTIDA - RECURSOS DESPROVIDOS

Opostos embargos declaratórios pelo Município de Londrina e por Colina Pizza Empreendimentos Imobiliários SS Ltda., foram rejeitados ante a inexistência dos vícios elencados no art. 535 do CPC/73, nestes termos (fls. 1987/1988):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE RESPONSABILIDADE POR

DANOS CAUSADOS AO MEIO AMBIENTE.

EMBARGOS 1: ALEGAÇÃO DE OBSCURIDADE. UTILIZAÇÃO DO CÓDIGO FLORESTAL PARA FUNDAMENTAR A CONDENAÇÃO AO REFLORESTAMENTO DA APP. INEXISTÊNCIA DE OBSCURIDADE, DANO FLORESTAL CONSTATADO PELA PERÍCIA TÉCNICA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E REJEITADOS.

EMBARGOS 2: ALEGAÇÃO DE OMISSÃO QUANTO À CELEBRAÇÃO DO (TAC) TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA. PRECLUSÃO. DECISÃO SANEADORA QUE AFASTA A CELEBRAÇÃO, AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DESTA DECISÃO. OMISSÃO QUANTO A ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO PARA REPARAÇÃO DOS DANOS AMBIENTAIS. INEXISTÊNCIA. DANO DE CARÁTER CONTINUADO, IMPRESCRITIBILIDADE DA AÇÃO REPARATÓRIA. PRECEDENTES STJ. OMISSÃO QUANTO À AUSÊNCIA DE DISPOSITIVO LEGAL PARA CARACTERIZAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. INOCORRÊNCIA. RESPONSABILIDADE CARACTERIZADA PELA APROVAÇÃO E EXPEDIÇÃO DE LICENÇA AO REVÉS DA LEI. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E REJEITADOS.

1. Não prosperam os embargos de declaração opostos contra decisão em que inexiste omissão, obscuridade ou contradição passível de saneamento.

2. A pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no acórdão embargado, consubstanciada na mera irresignação com o resultado da demanda, é inviável em sede de embargos de declaração.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 186, 206, 265 e 927 do CC. Sustenta que: (I) a ação em que se pleiteia reparação de dano ambiental se sujeita ao prazo prescricional quinquenal; (II) o Município não tem responsabilidade por eventuais danos decorrentes da atividade de empresa loteadora; e (III) não estão presentes os requisitos para a responsabilização, em caráter solidário, da edilidade.

O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do agravo, nos termos assim resumidos (fl. 2122):

Agravos em Recursos Especiais. Município de Londrina: Ausência de prequestionamento. Súmula 211/STJ. Dano ambiental. Reparação. Imprescritibilidade. Loteamento irregular. Responsabilidade solidária. Súmula 83/STJ. Reexame

do contexto probatório dos autos. Impossibilidade. Súmula 7/STJ. Colina de Pizza Empreendimentos Imobiliários S/S LTDA: Omissão jurisdicional não configurada. Ausência de violação legal. Pelo desprovimento dos recursos.

É o relatório.

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

Discute-se no presente caso questão relativa à imprescritibilidade da ação de reparação de dano ambiental, tema cuja repercussão geral foi recentemente reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, no bojo do **RE 654.833/AC - Tema 999**, que recebeu a seguinte ementa:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DANO AO MEIO AMBIENTE. REPARAÇÃO CIVIL. IMPRESCRITIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA.

1. Revela especial relevância, na forma do art. 102, § 3º, da Constituição, a questão acerca da imprescritibilidade da pretensão de reparação civil do dano ambiental.

2. Repercussão geral da matéria reconhecida, nos termos do art. 1.035 do CPC.

(RE 654833 RG, Relator(a): Min. ALEXANDRE DE MORAES, julgado em 31/05/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-126 DIVULG 25-06-2018 PUBLIC 26-06-2018)

Em recursos versando sobre temas submetidos ao rito da repercussão geral, o STF tem determinado o retorno dos processos para os Tribunais de origem, para aguardar o julgamento do recurso extraordinário representativo da controvérsia. A propósito: **ARE 934.095 AgR-ED-ED**, Rel. Min. Edson Fachin, Primeira Turma, DJe 22/11/2016; **RE 594.695 AgR-AgR**, Rel. Min. Marco Aurélio, Primeira Turma, DJe 25/5/2015; e **RE 543.799 AgR-ED**, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJe

3/8/2015.

Assim, em razão de economia processual e para se evitar a prolação pelo STJ de provimentos jurisdicionais em desconformidade com o que vier a ser definitivamente decidido pela Corte Suprema, conveniente que a apreciação do recurso especial fique sobrestada até o exaurimento da competência do Tribunal de origem, que ocorrerá com o juízo de retratação ou de conformação a ser realizado pela instância ordinária após o julgamento do recurso extraordinário, sobre o mesmo tema, afetado ao regime da repercussão geral, nos moldes dos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015.

Essa orientação foi ratificada pela Primeira Turma do STJ, ao decidir que: "Podendo a ulterior decisão do STF, em repercussão geral já reconhecida, afetar o julgamento da matéria veiculada no recurso especial, faz-se conveniente que o STJ, em homenagem aos princípios processuais da economia e da efetividade, determine o sobrestamento do especial e devolva os autos ao Tribunal de origem para que ali, em se fazendo necessário, seja oportunamente realizado o ajuste do acórdão local ao que vier a ser decidido na Excelsa Corte" (**AgInt no AgInt no REsp 1.603.061/SC**, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 28/6/2017).

Ademais, no julgamento da **Questão de Ordem no REsp 1.653.884/PR**, também pela Primeira Turma deste Superior Tribunal de Justiça, ficou assentado que, nos casos de devolução do recurso especial ao Tribunal de origem para o aguardo do desfecho da repercussão geral, a Corte recorrida, caso verifique a existência de resíduo não alcançado pela afetação do Supremo Tribunal Federal, deverá determinar o retorno dos autos a este STJ somente após ter exercido o juízo de conformação ao que decidido pelo STF na repercussão geral (**QO no REsp 1.653.884/PR**, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 6/11/2017).

Do exposto, nos termos da fundamentação, determino a **devolução** dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, onde, nos termos dos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015, deverá ser realizado o juízo de conformação ou manutenção do acórdão local, frente após ao que será decidido pela Excelsa Corte no **RE 654.833/AC**.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

